

# VANDANA SHIVA E A POSSIBILIDADE DO EMPODERAMENTO

## VANDANA SHIVA AND THE POSSIBILITY OF EMPOWERMENT

---

**Evandro Alves Barbosa Filho<sup>1</sup>**

**Rosane Terezinha Felipe<sup>2</sup>**

**Resumo:** Vandana Shiva é uma ativista e intelectual ecofeminista que construiu sua trajetória política e acadêmica valorizando os saberes das mulheres e dos povos tradicionais. Sua produção destaca como esses conhecimentos, a natureza e a biodiversidade são explorados por corporações capitalistas. Diante disso, este artigo analisa elementos do ativismo e da obra de Shiva que fortalecem processos de empoderamento ecofeminista. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica narrativa. É possível compreender o empoderamento ecofeminista quando Shiva evidencia o protagonismo das mulheres, dos povos e produtores tradicionais, os processos de conscientização política e as formas de enfrentamento ao poder das corporações capitalistas no campo.

**Palavras-chave:** Ecofeminismo; Empoderamento; Sementes de Mudança.

**Abstract:** Vandana Shiva is an ecofeminist activist and intellectual whose political and academic trajectory highlights the knowledge of women and traditional peoples, as well as the ways in which these knowledges, nature, and biodiversity are exploited by capitalist corporations. This article examines elements of Shiva's activism and intellectual production that strengthen ecofeminist empowerment processes. The methodology adopted was a narrative literature review. Ecofeminist empowerment becomes evident when Shiva emphasizes the protagonism of women, traditional peoples and producers, political awareness, and collective strategies to confront corporate power in rural contexts.

**Keywords:** Ecofeminism; Empowerment; Seeds of Change.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

---

1 Professor Doutor em Serviço Social – Universidade Federal de Pernambuco; Professor Adjunto - Universidade Estadual do Oeste do Paraná; E-mail: evandro.filho@unioeste.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2944-3388>.

2 Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável - Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Professora de Filosofia – SEED; Email: rosane.felipe@unioeste.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0139-2669>.

## Introdução

Empoderamento é um conceito amplo e polissêmico. Seu significado é disputado por diversas abordagens teóricas e políticas, que vão do liberalismo ao feminismo negro e interseccional. É inegável que o empoderamento — entendido como o processo político e intelectual de tomada de consciência para a ação — tem suas origens nos debates dos movimentos negro e feminista ainda nos anos 1960. Nesses espaços, era compreendido como um caminho de emancipação e libertação mental, aliado à construção de capacidades e habilidades para transformar a própria vida, a comunidade e a sociedade em que grupos subalternizados estavam inserido.

A concepção de empoderamento (especialmente o empoderamento feminino) aproxima-se de uma ação que oferece, aos membros de um grupo, condições para desenvolver-se subjetiva e politicamente, ampliando sua capacidade de agência sobre a própria vida e sobre o meio social. A palavra “empoderamento”, do inglês *empowerment*, consiste, de acordo com a Academia Brasileira de Letras (ABL), em um

[...] processo em que um indivíduo ou grupo de indivíduos se torna consciente de suas qualidades, sua capacidade e sua competência, muitas vezes após a conquista de direitos civis, e supera total ou parcialmente sua condição de dependência, marginalização e/ou subjugação em determinado contexto social (Academia Brasileira de Letras, 2026).

Esse crescimento depende dos significados e das ações atribuídos conforme o contexto, o tempo histórico e as intenções daqueles que utilizam e difundem essa concepção. Em outras palavras, o empoderamento de fato não deve ser um processo limitado, em que se permite que os indivíduos avancem apenas até onde interessa aos grupos dominantes (Cornwall, 2018).

Diante disso, surgem questões importantes: um empoderamento no qual indivíduos e mulheres superem a dependência, ultrapassem situações limitantes e construam uma nova realidade — um novo mundo — é possível? De que forma a participação efetiva das mulheres e dos povos tradicionais contribui para um desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida desses grupos? Como superar o empoderamento *light*, utilizado como forma de controle e silenciamento dos mais vulneráveis, esvaziando o sentido do empoderamento de fato?

Com base nessas reflexões, este artigo examina a articulação entre saber e práxis ecofeminista, por meio de mobilizações e organizações de base com expressiva repercussão política, a partir do pensamento e do ativismo

da ecofeminista indiana Vandana Shiva. Para isso, este artigo propõe-se a: descrever como grandes corporações capitalistas e a ciência reducionista atuam para obter controle e poder sobre a natureza e sobre as mulheres; identificar a compreensão do ecofeminismo como uma perspectiva que, em alguns aspectos, se diferencia de outras correntes feministas ao integrar questões ambientais e feministas; e esboçar como a obra de Shiva contribui politicamente e epistemicamente para processos de empoderamento ecofeminista. Assim, considera-se a possibilidade de compreender o empoderamento ecofeminista como processo e/ou resultado político decorrente do protagonismo de mulheres e povos tradicionais, atuando como sujeitos ativos, conscientes de seus saberes e poderes, buscando compreender sua condição real e transformá-la diante das relações desiguais de poder e opressão.

Ao abordar essas temáticas, Shiva denuncia a atuação e os objetivos de grandes grupos corporativos e analisa caminhos para imaginar um novo mundo a partir de uma mudança de paradigma. Para a autora, resistência e transformação começam quando práticas agroecológicas são preservadas ou estabelecidas, garantindo alimentos saudáveis e sustentáveis e valorizando os saberes das mulheres, dos povos tradicionais e dos conhecimentos locais. Trata-se de uma forma de organização baseada na cooperação, na solidariedade e na apropriação coletiva do que é produzido, contrapondo-se à narrativa mercantilizadora da vida e do meio ambiente defendida por corporações transnacionais que utilizam a terra e os recursos naturais com foco na acumulação de capital.

A metodologia empregada é a revisão bibliográfica narrativa, com abordagem filosófica, uma vez que as obras e os conceitos da autora foram utilizados para delinear um sistema de ideias e compreensões decorrentes de sua produção. Nesse sentido, o artigo analisa criticamente as obras de Shiva, buscando compreender como a ativista expõe o papel das corporações enquanto dispositivos de controle e poder, limitadores de um empoderamento de fato; como o ecofeminismo é concebido; e qual a importância dos saberes das mulheres e dos povos tradicionais como possibilidade de empoderamento ecofeminista.

As obras de Shiva utilizadas para a revisão bibliográfica são: *Monocultures of the Mind* (1993) – em português: “Monoculturas da Mente” (2003) –, que destaca a relação entre as monoculturas da mente e das sementes; *Ecofeminism* (em coautoria com Maria Mies, 2014, 2. ed.), – “Ecofeminismo” (2021) –, que discorre sobre como o patriarcado capitalista explora e domina as mulheres e a natureza da “mesma forma”, o que significa que

os seus caminhos de mudanças podem ser “os mesmos”; e *Terra Viva: My Life in a Biodiversity of Movements* (2022) — “Terra Viva: Minha Vida num Movimento de Biodiversidade” (2024) —, que relata a trajetória pessoal e de ativismo da autora, no mesmo momento em que lança, no “solo” da mente, uma semente de esperança para a construção de um novo mundo.

## 1 Críticas às corporações do agronegócio e à ciência reducionista

As grandes corporações, em conjunto com o desenvolvimento científico e tecnológico, aperfeiçoaram a produção agrícola e transformaram a relação humana com a agricultura. Contudo, essas inovações nem sempre vêm acompanhadas de uma preocupação efetiva com o meio ambiente e com práticas sustentáveis.

A Revolução Verde é uma das transformações agrícolas mais criticadas por Vandana Shiva, pois representa a passagem da agricultura tradicional para a agricultura industrial. Na agricultura tradicional, utilizam-se sementes crioulas, a palhada como adubação, respeita-se o ciclo da natureza e valorizam-se os saberes dos produtores, com foco em uma escala local. Já na agricultura industrial, há o plantio de sementes geneticamente modificadas, a necessidade de adubação química e o uso de fertilizantes, pesticidas e inseticidas que causam danos ao meio ambiente, além da transformação da produção em mercadorias destinadas ao mercado global. Essa mudança foi apresentada como solução para a fome e para determinados conflitos (Shiva, 2015). Para implementá-la, difundiram-se equipamentos modernos e Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), sob o discurso de que seria possível produzir mais alimentos, mais nutritivos, no mesmo espaço de terra, com plantas resistentes a herbicidas e agrotóxicos. Nesse modelo, as monoculturas ganham centralidade, e sementes, adubos, fertilizantes e agrotóxicos passam a ser controlados por grandes corporações do agronegócio, que dominam amplamente os espaços de produção.

Contudo, Shiva denuncia que essa revolução, na verdade, empobreceu os solos, secou os rios e suas nascentes, destruiu a diversidade genética e a biodiversidade, expulsou e endividou os pequenos produtores e desvalorizou os saberes e as produções das mulheres. Desse modo, essa prática não resultou na produção de mais alimentos e de alimentos mais nutritivos, conforme o discurso difundido pelas corporações do agronegócio e por seus aparelhos ideológicos, mas levou à dominação capitalista e patriarcal da terra. Com as monoculturas, as sementes são comercializadas e produzidas em todos os lugares, ao mesmo tempo que, com as tecnologias, o trabalho realizado pelos trabalhadores é substituído por máquinas e produtos, aumentando, assim, o

lucro das empresas, bem como o seu poder e o controle sobre as pessoas e territórios (Shiva, 2003, p. 10; Shiva, 2024, p. 86; As Sementes de Vandana Shiva, 2021).

Além disso, Shiva (2003, p. 18) destaca que

as monoculturas disseminam-se não por aumentarem a produção, mas por aumentarem o controle. A expansão das monoculturas tem mais a ver com política e poder do que com sistemas de enriquecimento e melhoria da produção biológica. Isso se aplica tanto à Revolução Verde quanto à revolução genética ou às novas biotecnologias.

Os produtos utilizados na agricultura industrial contribuem para o efeito estufa, as mudanças climáticas, o desmatamento, a escassez de água, o desaparecimento da biodiversidade e a perda de saberes locais (As Sementes de Vandana Shiva, 2021). Além disso, estudos apontam que algumas doenças crônicas — como câncer, alergias, infertilidade e malformações fetais — estão relacionadas ao modelo agrícola adotado, à baixa qualidade nutricional dos alimentos e à pulverização de venenos<sup>3</sup> (Bombardi, 2023, p. 49). Essas informações são conhecidas pelos grupos dominantes, mas não chegam aos consumidores, que, desconhecedores ou convencidos da ausência de riscos, continuam consumindo esses produtos (Shiva, 2024).

Shiva também critica o papel da ciência, especialmente o que denomina ciência reducionista e mecanicista. Os estudos produzidos por essa ciência são apresentados pelas corporações que detêm o monopólio das sementes e dos insumos como soluções para a fome e a pobreza. No entanto, ao analisar a Revolução Verde e suas implicações, emergem diversos problemas. Em muitos casos, a ciência, a serviço do sistema capitalista patriarcal, fragmenta o todo em partes e dedica-se a estudar apenas um aspecto, ignorando a totalidade do fenômeno, suas determinações, as relações de poder que o atravessam e suas consequências. Uma de suas estratégias consiste em apropriar-se dos

---

3 No livro “Pragas, agrotóxicos e a crise ambiente: problemas e soluções”, Adilson D. Paschoal destaca as terminologias empregadas para fazer referência aos produtos químicos utilizados na agricultura. Os praguicidas são produtos usados para matar pragas como insetos e ratos, por exemplo. O autor descreve que o termo correto seria “biocida”, que significa “o que mata a vida” (Paschoal, 2019, p. 86), porém não é um termo interessante para os membros das corporações químicas. Por sua vez, um pesticida, em seu sentido literal, seria a substância manuseada para matar pestes, mas a expressão é empregada pelo autor mais no sentido de doença do que de praga propriamente dita. Os defensivos são os compostos aplicados para combater pragas, doenças e plantas daninhas. Em um sentido literal, esse tipo de produto seria “próprio para defesa”; no entanto, o autor levanta algumas lacunas presentes nessa compreensão, como: “[...] não indica defesa de que ou de quem, [...] se é a defesa do homem contra as pragas, o sentido é também ambíguo, uma vez que o homem dos dias presentes não mais se põe em posição de defesa, mas, sim, de ataque maciço contra as pragas, que são frutos da sua própria inventividade. [...] em termo de natureza [...] [seria a] destruição e perturbação do equilíbrio da biosfera” (Paschoal, 2019, p. 86). O termo “agrotóxico” é usado para “[...] nomear todos os produtos químicos usados nos agroecossistemas para combater pragas e doenças” (Paschoal, 2019, p. 87).

saberes tradicionais, difundindo a ideia de que novos produtos estão sendo desenvolvidos, quando, na verdade, elementos produzidos pela natureza e pelos povos tradicionais são apenas modificados.

Os saberes tradicionais, por sua vez, têm uma abordagem totalizante: envolvem o conhecimento da terra, dos períodos de plantio, do desenvolvimento das sementes, da relação com a lua, do contato com o solo e com os demais recursos naturais. Essa relação é marcada pela harmonia e pelo cuidado com a natureza, aspectos desconsiderados pelas gigantes da química, que se apropriam apenas do que lhes traz benefício.

Além disso, com as ações promovidas pela Revolução Verde, as sementes, o solo e a natureza como um todo deixam de seguir seu curso natural de desenvolvimento e regeneração. Em outras palavras, o tempo da natureza deixa de ser respeitado. Ocorre um aceleração artificial para gerar mais produção, mais safras, mais produtos e maiores rendimentos. Nesse sentido, vigora o “[...] pressuposto de que o uso local de um produto não gera riqueza e que somente se gera riqueza quando os recursos utilizados pelas comunidades locais são comercializados pelas empresas” (Shiva, 2024, p. 61).

Essas concepções da ciência reducionista e sua forma de atuação são apresentadas por Shiva da seguinte maneira:

Caracterizo [a] tradição epistemológica especial do patriarcado ocidental moderno de “revolução científica” como “reducionista” porque 1) ela reduziu a capacidade dos humanos de conhecer a natureza ao excluir tantas outras figuras de conhecimento quanto outras maneiras de saber; 2) ao manipular a natureza como matéria inerte e fragmentada, a capacidade da natureza de regeneração criativa e renovação foi reduzida (Mies; Shiva, 2021, p. 81).

Em linhas gerais, a forma como a ciência atua a serviço do mercado desencadeia violências contra as mulheres e contra a natureza, pois desconsidera sua produção, seus saberes, suas práticas, seu poder de autorregeneração e seu potencial (Mies; Shiva, 2021, p. 81–82).

As monoculturas se consolidam quando grandes corporações difundem a ideia de que florestas, biodiversidade e a relação tradicional das mulheres com esses saberes e com a natureza não são produtivas do ponto de vista financeiro. A monocultura busca controle, poder e rentabilidade. Trata-se de um grupo que concentra decisões, tecnologia e lucros, exclui o que é diverso, padroniza o conhecimento e não se dedica à produção de alimentos — até porque quem produz alimentos são os pequenos produtores, e não as grandes áreas de *commodities* destinadas ao mercado.

Contudo, evidencia-se que as florestas são fonte significativa de renda. Essa riqueza, porém, não beneficia o grupo da monocultura, que enxerga as florestas como ervas daninhas ou lhes atribui valor apenas comercial. Além disso, considera os saberes nativos como não científicos e inúteis — uma visão reducionista, limitada ao que interessa ao lucro (Shiva, 2024). Os beneficiados pela floresta são, em grande parte, pequenos produtores, camponeses e outros grupos que dela retiram seu sustento.

O grupo da monocultura também desconsidera que a liberdade e a autonomia dos produtores tradicionais são positivas, pois representam um coletivo que não se submete ao controle dos monocultores, não compra seus produtos, não entra no ciclo danoso que a monocultura impõe (As Sementes de Vandana Shiva, 2021). Em contraste, os produtores tradicionais valorizam a vida, a sustentabilidade, os saberes e os povos locais, respeitam o tempo da natureza e seus ciclos. A mudança de paradigma ocorrerá quando esses povos, por meio de práticas agroecológicas e da valorização de seu trabalho e da biodiversidade, alcançarem maior visibilidade e reconhecimento pela produção de alimentos saudáveis e nutritivos (Shiva, 2024). Essas práticas geram empregos, cooperação, vida saudável, respeito ao meio ambiente e ao solo, além de preservar os meios de produção dos produtores tradicionais.

Na obra “Agrotóxicos e colonialismo químico”, a cientista Larissa Mies Bombardi afirma que “[...] no século XXI, produção agrícola deixou de ser sinônimo de produção de alimentos” (Bombardi, 2023, p. 13). Isso ocorre devido à expansão das commodities, que atende aos interesses de empresários transnacionais, proprietários de grandes latifúndios e setores políticos que buscam concentrar terra, renda e poder. A autora destaca o aumento da produção de commodities e a redução das áreas destinadas ao cultivo de alimentos para consumo humano (Bombardi, 2023, p. 26), uma vez que “[...] o crescimento da agricultura de commodities (capitalista), em conjunto com a supressão da agricultura de alimentos (camponesa), tem causado severos danos ambientais e à saúde e à alimentação humana” (Bombardi, 2023, p. 29). A insegurança alimentar aumentou de forma significativa no país (Bombardi, 2023, p. 40), ao mesmo tempo em que “[...] seguimos debatendo a fome em um país que comemora ‘safras recordes’ por anos consecutivos e que está entre os maiores produtores agrícolas do mundo” (Bombardi, 2023, p. 40–41).

A forma como a produção agropecuária está avançando – a saber, por meio do desmatamento de áreas importantes para o equilíbrio ecológico e a produção de água, como está ocorrendo na Amazônia e no Cerrado, por exemplo, e do uso excessivo de agrotóxicos e de adubação química – não

atende à necessidade de produção de alimentos para a população do país, mas atende aos interesses do mercado internacional e das instituições financeiras, que obtêm mais lucro e poder com essas ações (Bombardi, 2023, p. 29, 41). As ações são fruto de um “[...] avanço da ‘moderna’ agricultura capitalista no país [que] é permeado por casos de violência contra indígenas, quilombolas, camponeses e trabalhadores rurais, além de contaminação química dos povos, dos solos e das águas” (Bombardi, 2023, p. 68).

## 2 Ecofeminismo

Há algum tempo, reflexões e práticas ecofeministas — que articulam reivindicações feministas e ecológicas — estão presentes em ações de comunidades e movimentos que denunciam a devastação ambiental e os efeitos do patriarcado capitalista e do colonialismo sobre as mulheres e a natureza. Nas décadas de 1960 e 1970, essas reivindicações ganharam maior visibilidade. A Françoise d’Eaubonne atribui-se a primeira utilização do termo “ecofeminismo”, em sua obra *Le Féminisme ou la Mort* (“Feminismo ou a Morte”, 2025). Segundo d’Eaubonne, há cerca de 50 séculos, as mulheres detinham domínio sobre a agricultura, e acreditava-se que a fecundação era realizada pelos deuses. Com a descoberta do poder masculino, da “[...] sua possibilidade de semear a terra como as mulheres e sua participação no ato da reprodução” (d’Eaubonne, 2025, p. 172), surgiram ameaças imediatas: a “[...] relação entre a superpopulação, devastação da natureza e dominação masculina” (Cardoso; Salvaro, 2024, p. 4). Para a autora, “a única mutação que poderia, portanto, salvar o mundo hoje é a da ‘grande inversão’ do poder masculino traduzida [...]. Não o ‘matriarcado’, certamente, ou o ‘poder para as mulheres’, mas a destruição do poder pelas mulheres” (d’Eaubonne, 2025, p. 172–173).

Entre as principais vertentes ecofeministas destacadas na literatura (Cardoso; Salvaro, 2024; Paz; Gubert; Fabrini, 2021) — a saber, a vertente clássica, a construtivista e a espiritualista —, Shiva é considerada uma ecofeminista da teoria espiritualista. Sua perspectiva é holística e globalizadora, destacando a relação entre a violência sofrida pelas mulheres e pelo meio ambiente como expressão da dominação patriarcal (Paz; Gubert; Fabrini, 2021, p. 77 - 79). Nesse sentido,

o desejo de recuperar, de regenerar essa sabedoria [das mulheres] como um meio para libertar as mulheres e a natureza da destruição patriarcal também motivou essa virada para a espiritualidade. [...] o espiritual é o amor sem o qual nenhuma

vida pode florescer, é a magia que está contida em tudo (Mies, Shiva, 2021, p. 69–70).

Essa corrente ecofeminista compreende a relação das mulheres com a natureza, a forma como são tratadas, os processos de exploração e as transformações que emergem dos movimentos de conscientização, participação e engajamento. A partir dessas ações, podem ocorrer mudanças nas relações de gênero, nas formas de atuação e na valorização do meio ambiente. As mulheres, que frequentemente produzem alimentos e são responsáveis pela educação e pelos cuidados com os filhos, pela produção e manutenção da força de trabalho, desempenham papel fundamental na mudança de mentalidade. Contudo, seus saberes e sua produção muitas vezes são desvalorizados. Para a lógica capitalista, elas não produzem riqueza, pois consomem o que produzem — ou, mais precisamente, sua produção é consumida pela própria família, sendo comercializados apenas os excedentes. Assim, não são remuneradas e não são reconhecidas como trabalhadoras. Diante disso, surge a questão: como podem ser ouvidas?

○ ecofeminismo é uma vertente teórica, política e prática do movimento feminista que envolve o engajamento de mulheres, comunidades e grupos de regiões historicamente mais pobres, exploradas e oprimidas. Esse movimento enfatiza que todos os seres humanos fazem parte da natureza e estão conectados a ela. Reforça-se que a natureza e as mulheres são sujeitas autônomas, e não entidades passivas que podem ser exploradas ou violadas pelo poder patriarcal capitalista.

Vale ressaltar que nem todos os homens lucram ou exercem poder sobre a natureza e as mulheres. Esse privilégio pertence a poucos, que, devido ao poder econômico, político e a outros dispositivos de controle, conseguem manter e ampliar sua influência, aprofundando a exploração dos mais vulneráveis. À medida que isso ocorre, mulheres perdem espaços, meios de vida e têm seus saberes desconsiderados (Shiva, 2003, p. 10; Shiva, 2024, p. 34).

○ capitalismo se alimenta da pobreza e da vulnerabilidade para atingir seus objetivos, promovendo divisões e fragmentações que facilitam a dominação. Em outras palavras, separa o ser humano da vida e da natureza e, depois, subdivide as pessoas em categorias — brancos, negros, mulheres, ocidentais, orientais — transformando diferenças em desigualdades. Há outras formas de divisão que enfraquecem ideais coletivos e facilitam a incorporação de dispositivos de controle. Enquanto muitos homens se afastam da vida e da natureza — em alguns casos, buscando até mesmo uma posição de superioridade em relação a ela —, as mulheres tendem a manter uma relação de conexão, especialmente por estarem historicamente ligadas à busca e ao preparo de alimentos. Essa

conexão não deriva de fatores biológicos, mas de uma construção social que atribuiu esses cuidados às mulheres (Shiva, 2003, p. 11).

No artigo “Ecofeminismos”, escrito por Tânia A. Kuhnen e Daniela Rosendo (2021), as autoras destacam três áreas de estudo do ecofeminismo: a feminista, a ambientalista e a animalista que abrangem, respectivamente, as categorias das mulheres, da natureza e dos animais. São áreas que reúnem teorias e práticas interdisciplinares que ultrapassam o conhecimento acadêmico, pois envolvem diferentes posturas feministas e oferecem novas compreensões sobre problemas e soluções relacionados às questões de gênero e ambientais. Assim, o ecofeminismo chama atenção para temas que envolvem mulheres e natureza, para as formas de dominação e opressão que ambas sofrem, para a desvalorização dos saberes culturais e tradicionais, da biodiversidade e do tempo da natureza. Ao abordar esses pontos, o ecofeminismo apresenta múltiplas abordagens metodológicas e epistemológicas e estabelece diálogos com diversas teorias políticas e feministas.

Essas discussões são importantes, visto que os grupos mais vulneráveis são os mais explorados e oprimidos. Nesse sentido, Vandana Shiva — e, aqui, também Maria Mies — defende que o ecofeminismo é uma forma de pensamento e ação que reconhece as diferentes formas de vida, a biodiversidade, a importância dos saberes tradicionais, a natureza, a cooperação entre agentes diversos e as relações de cuidado.

Para além da denúncia das formas de exploração e dominação, é necessário olhar para caminhos que possibilitem mudanças, uma vida mais sustentável e igualitária e relações baseadas na cooperação (Mies, Shiva, 2021). Nessa perspectiva, destaca-se que

[...] o ecofeminismo [...] é uma cuidadosa elaboração teórica de princípios formulados a partir da realidade e dos embates que as mulheres produzem na sua existência concreta, na luta pela sobrevivência de seus saberes e para se manterem vivas (Shiva, 2021, p. 11).

Assim, a base das lutas e reivindicações das mulheres está em suas vivências. Um exemplo é o Relatório da ONU que aponta que as mulheres são as mais afetadas pelas crises climáticas e, ao mesmo tempo, são vistas como parte essencial das soluções (Ferreira, 2021).

No prefácio da obra “Ecofeminismo”, Ariel Salleh destaca que

o ecofeminismo é a única estrutura política que conheço capaz de explicar as ligações históricas entre o capitalismo neoliberal, militarismo, ciência corporativa, alienação do trabalhador,

violência doméstica, tecnologias reprodutivas, turismo sexual, abuso sexual infantil, neocolonialismo, islamofobia, extrativismo, armas nucleares, tóxicos industriais, apropriação de terras e água, desmatamento, engenharia genética, mudanças climáticas e o mito do progresso moderno (Shiva, 2021, p. 17–18).

Essa afirmação reforça o que foi exposto: o ecofeminismo dialoga com diversas áreas do conhecimento, possui uma visão abrangente de múltiplas questões e propõe uma relação harmônica entre seres humanos e natureza. Esses temas estão presentes de forma consistente nos estudos e discussões desenvolvidos por Vandana Shiva.

A contribuição das mulheres para a mudança de paradigma aparece na entrevista concedida à Giuliano Battiston: “Do lado dos últimos: entrevista com Vandana Shiva” (Shiva, 2009), em que a autora destaca que as mulheres conhecem o funcionamento do sistema e as formas de proteção, cuidado e produção sustentável. Com o avanço do capitalismo, aquilo que as mulheres produzem para a subsistência deixa de ser considerado produção, não é visto como produtivo e não é reconhecido como trabalho, pois é consumido pela própria família e, portanto, não contribui para o Produto Interno Bruto (PIB). Assim, ignora-se toda a contribuição das mulheres para o trabalho doméstico e de cuidado, central para a reprodução da força de trabalho masculina.

Essa visão reducionista exclui as mulheres, seus saberes e o trabalho feminino envolvido na produção econômica e na reprodução social. Tal abordagem conduz à destruição da natureza, dos saberes e da diversidade e ao aumento da pobreza. Trata-se de uma forma de desvalorizar a força de trabalho das mulheres e dos produtores e de destruir a biodiversidade. Além disso, reforça noções de superioridade, uniformidade, monocultura mental, controle e poder (Mies; Shiva, 2021, p. 26). Desse modo, segundo Shiva, cabe às mulheres camponesas e às populações tradicionais, que vivenciam a práxis ecofeminista, um papel central na mudança de paradigmas, uma vez que o ecofeminismo (re)conecta, politicamente, a mulher com a natureza.

### 3 Empoderamento

No artigo “Além do ‘Empoderamento *Light*’: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global”, Andrea Cornwall (2018) reflete sobre o uso do termo “empoderamento” por instituições e corporações e como esse uso se distancia do conceito original, formulado nas agendas de organização, conscientização e luta dos movimentos negro e feminista nas décadas de 1960 e 1970. Segundo a autora, narrativas contemporâneas

sobre empoderamento são produzidas pelo Banco Mundial, por organismos multilaterais e por corporações capitalistas, que,

[...] exaltando seu desejo [das instituições e corporações] de capacitar as mulheres a realizarem seu “potencial”, nos oferecem o *empoderamento light*, uma versão de empoderamento destituída de qualquer confrontação com as relações sociais e de poder subjacentes que produzem iniquidades sociais e materiais (Cornwall, 2018).

○ “empoderamento *light*” é uma forma de adaptação das mulheres à sua situação atual, incentivando-as a trabalhar pelo desenvolvimento, em vez de promover um desenvolvimento que funcione para elas. Essa versão, esvaziada de sua orientação crítica e emancipatória, não busca organização coletiva, conscientização sobre desigualdades de poder, politização do cotidiano ou participação ativa nas transformações sociais. Uma característica central desse discurso é a ideia de que investimentos em mulheres — por meio de linhas de crédito, cursos ou outras iniciativas — geram benefícios para a saúde e o desenvolvimento da família. Esses resultados, embora positivos para quem depende do trabalho não pago ou mal remunerado das mulheres, não se orientam à emancipação feminina. Pelo contrário, reforçam (o) pressões relacionadas ao cuidado familiar, sustentadas por normas de gênero que desresponsabilizam homens, mercado e Estado. Assim, esses processos de falso empoderamento reforçam estereótipos que associam mulheres, por natureza, ao cuidado, como se esse trabalho fosse um atributo inato e não uma atividade socialmente construída.

Essa lógica reforça a concepção de que as mulheres são essenciais para trabalhos desvalorizados, para a manutenção da força de trabalho e para a qualidade de vida de suas famílias. Nesse cenário, investir em mulheres torna-se vantajoso para o projeto neoliberal e para o patriarcado, pois elas fazem muito com poucos recursos. A ideia de empoderamento como aquisição de competências e habilidades oferecidas por cursos e workshops, com o objetivo de integrar mulheres ao sistema que as oprime, transmite a impressão equivocada de que o empoderamento pode ser adquirido sem conflito, disputa ou politização — elementos centrais do empoderamento emancipatório. ○ mesmo ocorre com a noção de que o acesso ao microcrédito seria suficiente para promover autonomia, ignorando os riscos desse tipo de empreendimento em contextos de capitalismo tardio. Desde que as mulheres tenham algum recurso, mesmo insuficiente, supõe-se que poderiam resolver seus problemas sem que haja mudanças estruturais nas esferas social, política, econômica, racial, cultural, de gênero ou de casta. Entretanto, o empoderamento liberal “[...] simplesmente acomoda as

mulheres dentro do mercado sem interromper as desigualdades sociais e de poder existentes” (Cornwall, 2018).

Para que processos de empoderamento ocorram ou “para subverter a ordem imposta e naturalizante em que vivem, faz-se necessário, primeiramente, desvendar, compreender, inclusive historicamente, as estruturas de poder que os mantêm em uma posição de iniquidade” (Kleba; Wendausen, 2009, p. 737). Em outras palavras, é essencial conhecer as estruturas de poder, suas histórias, objetivos, intenções e as brechas que possibilitam ação e resistência (Kleba; Wendausen, 2009).

Com base nessa diferenciação entre empoderamento e empoderamento *light*, é possível indagar sobre como o trabalho político e teórico de Vandana Shiva contribui com os processos de empoderamento. Em sua obra “Monocultura da mente” (2003), Shiva destaca que, antes de a semente ser plantada no solo, ela é “plantada” na mente. Assim, as sementes de um empoderamento *light*, apático e instrumental para a reprodução das relações sociais, são lançadas pelos grupos dominantes, colonizando mulheres e pequenos produtores por meio de discursos e ideologias.

Para Shiva, processos educativos que emergem da ação política e de grupos de conscientização e valorização são processos libertadores, que contribuem para a descolonização mental e para a formação de sujeitos antissistêmicos. A autora percorre comunidades, cidades e países, sobretudo da periferia capitalista, promovendo educação e conscientização sobre os objetivos e impactos das corporações capitalistas no campo e no desenvolvimento, criando coletivos e grupos de mobilização.

Shiva também valoriza saberes produtivos, ecológicos e alimentares de origem tradicional. Realiza estudos científicos que comprovam os impactos do agronegócio e da indústria de insumos agrícolas sobre o meio ambiente e a vida das pessoas, rompendo com os limites da ciência reducionista e posicionando o saber científico como aliado das lutas “dos últimos”. Em outras palavras, trabalha com e para os últimos e últimas dentro do projeto hegemônico de desenvolvimento. Para isso, envolve populações subalternas em iniciativas que mobilizam, conscientizam e organizam grupos para atuarem como sujeitos de mudança. Longe de criar projetos que visam capacitar mulheres e homens do campo para integrar o projeto dominante de desenvolvimento capitalista patriarcal, Shiva fomenta processos educativos que tensionam relações hegemônicas e desigualdades, criando espaços que relacionam o cotidiano do campo às estruturas de poder. Esse trabalho incomoda aqueles que têm o controle como objetivo, assim como Sócrates incomodava os poderosos de sua época ao despertar consciências. Quando

as pessoas têm acesso às informações verdadeiras e compreendem impactos e consequências, resistem às propostas das grandes corporações (As Sementes de Vandana Shiva, 2021).

Desse modo, para Shiva, o empoderamento — inclusive o feminino — é construído a partir de um olhar humanizado, crítico e totalizante. Ele coloca a natureza e a mulher no centro das discussões, reconhecendo-as como fundamentais para a preservação de um meio ambiente sustentável. Esse horizonte não será uma dádiva: sua construção exige luta e ativismo político e científico contra as grandes corporações capitalistas e contra as ciências reducionistas que lhes dão suporte. Ao tratar do empoderamento, Shiva afirma que ele ocorre quando lutamos pelo abandono da economia de exploração, cobiça, controle e poder, e avançamos para uma economia feminina do compartilhar e do cuidar, baseada em uma cosmologia que reconheça a natureza e valorize a vida (Mies; Shiva, 2021, p. 56).

Shiva defende que a produção controlada pelo agronegócio seja substituída por práticas agroecológicas sem veneno, com sementes diversas e alimentos nutritivos, respeitando o tempo da natureza, pois os seres humanos fazem parte dela e não são seus donos. Para as mulheres, as florestas representam vida: são espaços de transmissão de conhecimentos e saberes tradicionais, fundamentais para a continuidade dos recursos naturais (Shiva, 2024, p.35). A autora observa que

Dado que é o trabalho das mulheres que protege e conserva a vida natural na silvicultura e na agricultura e que, por meio desse trabalho de conservação, é ele que sustenta a vida humana, garantindo o fornecimento de alimento e água, a destruição da integridade dos ecossistemas florestais é sentida de forma mais vívida e concreta pelas mulheres camponesas (Shiva, 2024, p. 34).

A partir dessas reflexões, torna-se evidente que o empoderamento defendido por Vandana Shiva se distancia das abordagens instrumentais e despolitizadas que caracterizam o empoderamento *light*. Sua proposta envolve transformação estrutural, valorização dos saberes tradicionais, fortalecimento da autonomia das mulheres e dos povos do campo e construção de práticas sustentáveis que rompam com a lógica de exploração capitalista e patriarcal. Assim, o empoderamento ecofeminista emerge como um processo coletivo, crítico e profundamente enraizado na defesa da vida, da biodiversidade e da justiça social, preparando o terreno para as considerações finais deste estudo.

## Considerações finais

Ao desenvolver uma reflexão profunda sobre a forma como o sistema capitalista e patriarcal explora e exerce dispositivos de controle e poder sobre a natureza e sobre as mulheres, e sobre como é possível pensar e agir com e para os grupos mais subalternizados, as produções teórica e política de Vandana Shiva — indissociáveis em sua prática — fortalecem a crítica ecofeminista e anticapitalista.

Sua contribuição político-científica se expressa nas investigações sobre o funcionamento da ciência reducionista e sobre os interesses que ela atende, resultando em trabalhos acadêmicos, educativos e políticos construídos com e para as populações que Shiva denomina “os últimos”. Ao fomentar o ativismo e o protagonismo entre mulheres do campo e povos tradicionais, a autora resgata o significado original do empoderamento como processo de libertação mental, coletiva e política, no qual a ordem social é questionada e reconstruída.

Ação política empoderadora se manifesta no despertar das “consciências adormecidas”, na substituição da “monocultura das ideias” por “sementes de esperança”, e na mobilização de lutas coletivas por justiça ambiental, social e de gênero. Esse processo envolve organização, conscientização e engajamento em práticas que visam transformar as estruturas que sustentam desigualdades e violências, abrindo caminhos para uma sociabilidade em que a agroecologia substitua o agronegócio.

Fiel aos princípios originais do empoderamento, Shiva defende a importância da educação conscientizadora crítica e reconhece que os espaços de luta são também espaços de aprendizagem e de formação de sujeitos capazes de protagonizar um futuro em que o desenvolvimento funcione para as pessoas e para a natureza. Trata-se, portanto, de um futuro liderado por aqueles que, hoje, ocupam as posições mais vulnerabilizadas.

## Referências

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. São Paulo: Elefante, 2023.

CARDOSO, Brenda Roani; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Ecofeminismo, mulheres e cuidados: produção de sujeitos e subjetividades. **Revista de Psicologia**, v. 15, jan./dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.36517/revpsiufc.15.2024.e024001>. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/91640>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CORNWALL, Andrea. Além do “Empoderamento Light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cadernos Pagu**, v. 52, e185202, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201800520002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/9zJqwjXHP4KbgfsLRCY7WpC/?format=pdf>. Acesso 30 mar 2023.

D’EAUBONNE, Françoise. **Feminismo ou Morte**. Tradução de Anna Magdalena Machado Bracher. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2025.

EMPODERAMENTO. **Academia Brasileira de Letras (ABL)**, 2006. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/empoderamento>. Acesso em: 09 fev. 2026.

FERREIRA, Daniel. Relatório aponta urgência para enfrentar as mudanças climáticas e as desigualdades de gênero. **ONU Mulheres Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/relatorio-aponta-urgencia-para-enfrentar-as-mudancas-climaticas-e-as-desigualdades-de-genero/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). Ecofeminismo: artigo de Vandana Shiva. **IHU**, 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/602416-ecofeminismo-artigo-de-vandana-shiva>. Acesso em: 23 jul. 2023.

KLEBAL, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 4, dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000400016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sauso-c/a/pnCDBh88LDqWwDTx9pGK39h/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

KUHNEN, Tânia A.; ROSENDO, Daniela. Ecofeminismos. **Blog de Ciências da Universidade Estadual de Campinas**, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/05/Ecofeminismos.docx.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Tradução de Caroline Caires Coelho. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

PASCHOAL, Adilson D. Agrotóxicos e o Ambiente. In: PASCHOAL, Adilson D. **Pragas, Agrotóxicos e a crise ambiente**: problemas e soluções. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 83–120.

PAZ, Piccinin; GUBERT, Marcelo Wordell; FABRINI, João Edmilson. Ecofeminismo: análise da mulher como vetor de sustentabilidade. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 7, n. 1, p. 75–90, jan./jul. 2021. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/7616/pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

AS SEMENTES DE VANDANA SHIVA (*The Seeds of Vandana Shiva*). Direção de Camilla Becket; James Becket. Estados Unidos, Austrália, 2021. (88 min), son. color. Disponível em: <https://ecofalante.org.br/filme/as-sementes-de-vandana-shiva>. Acesso em: 9 fev. 2026.

SHIVA, Vandana. Do lado dos últimos: entrevista com Vandana Shiva. Entrevista concedida à Giuliano Battiston. Tradução de Moisés Sbardelotto. **EcoDebate**, 2009. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2009/01/23/do-lado-dos-ultimos-entrevista-com-vandana-shiva/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SHIVA, Vandana. **Terra viva**: minha vida em uma biodiversidade de movimentos. Tradução de Marina Kater. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

SHIVA, Vandana. **A Violência da Revolução Verde**: agricultura, ecologia e política do terceiro mundo. 1. ed. Portugal: Edições Mahatma, 2015.

Recebido em novembro de 2025.

Aprovado em fevereiro de 2026.